

Pedro Marques Gomes

A Imprensa na Revolução
Os Novos Jornais e as Lutas
Políticas de 1975

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

Últimos títulos publicados:

Poesia e Artes Visuais — Confessionalismo e Écfrase

Mário Avelar

*A Diáspora em Língua Portuguesa — Sete Séculos
de Literatura e Arte*

Darlene J. Sadlier

Ficções da Memória

Alberto da Costa e Silva

O Outro Lado do Desenho

Fernando Guimarães

*O Poeta na Cidade — A História de Portugal na
Literatura Portuguesa*

Helena Carvalhão Buescu

Uma Conversa Silenciosa

Eugénio Lisboa

*A Viagem de Fernão de Magalhães — A Relação
de Antonio Pigafetta*

Antonio Pigafetta/Michel Chandeigne

(Série «A Viagem»)

*A Poesia de Jorge de Sena — Testemunho, Metamorfose,
Peregrinação*

Jorge Fazenda Lourenço

*Narrativa Vertical — José de Almada Negreiros
e o Romance da Modernidade*

João Paulo Sousa

Viagens com Um Mapa em Branco

Juan Gabriel Vásquez

Pedro Marques Gomes

A Imprensa na Revolução
Os Novos Jornais e as Lutas
Políticas de 1975

Olhares

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

Imprensa Nacional
é uma marca editorial da **INCM**
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa
www.impresanacional.pt
www.incm.pt
www.facebook.com/ImprensaNacional
editorial.apoiocliente@incm.pt

©Pedro Marques Gomes
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TÍTULO

A Imprensa na Revolução
Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975

AUTOR

Pedro Marques Gomes

DESIGN

www.whitestudio.pt

REVISÃO

Mário Azevedo

PAGINAÇÃO

Magda Macieira Coelho

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Composto em Jannon 10 Pro
Impresso em Ensocoat 1 face 275 g (capa)
e Coral Book Ivory 80 g (miolo)

1.ª EDIÇÃO

junho 2021

ISBN 978-972-27-2916-1

DEPÓSITO LEGAL N.º 483362/21

EDIÇÃO N.º 1024776

ÍNDICE

PÁG. 19

Introdução

PÁG. 21

1.1. A história, o jornalismo e a fixação da memória

PÁG. 33

1.2. A imprensa como objeto de estudo e como fonte da história

PÁG. 37

1.3. A escolha do tema da investigação

PÁG. 47

1.4. Âmbito cronológico, aspetos metodológicos, fontes e bibliografia

PÁG. 51

1.5. A estrutura da investigação

PÁG. 53

1.6. O estado da arte

✓ PÁG. 69

I Parte

Jornais, jornalistas e poder do 25 de Abril
de 1974 ao «Verão Quente» de 1975

✓ PÁG. 71

2. Os jornais

✓ PÁG. 73

2.1. O dia 25

✓ PÁG. 80

2.2. *A Época e Novidades*: o fim dos jornais do regime

✓ PÁG. 86

2.3. Os primeiros conflitos: n' *O Século* e no *Jornal do Comércio*

✓ PÁG. 93

2.4. A «dança das cadeiras» nos jornais

✓ PÁG. 93

2.4.1. O imediato pós-25 de Abril

✓ PÁG. 102

2.4.2. Os saneamentos ganham outros contornos

✓ PÁG. 114

2.5. A agitação revolucionária nos jornais de Lisboa

✓ **PÁG. 127**

2.6. As nacionalizações e a intensificação das lutas pelo controlo da imprensa

✓ **PÁG. 145**

2.7. A crise económico-financeira na imprensa

✓ **PÁG. 155**

3. Os jornalistas

✓ **PÁG. 159**

3.1. Os jornalistas na revolução

✓ **PÁG. 166**

3.2. A situação profissional dos jornalistas

✓ **PÁG. 175**

3.3. O Sindicato dos Jornalistas

✓ **PÁG. 187**

4. O poder

✓ **PÁG. 190**

4.1. Uma política de informação revolucionária?

✓ **PÁG. 202**

4.2. Os ministros e o Ministério da Comunicação Social

✓ **PÁG. 222**

4.3. Linhas de ação de um setor agitadíssimo

✓ **PÁG. 231**

4.4. Os conselhos de informação e de imprensa

✓ **PÁG. 238**

4.5. A Lei de Imprensa e a legislação que não foi aplicada

✓ **PÁG. 257**

II. Parte

Novos tempos, novos jornais

✓ **PÁG. 263**

5. O surgimento de novos jornais

✓ **PÁG. 263**

5.1. *Jornal Novo*

✓ **PÁG. 263**

5.1.1. Um novo diário em preparação

✓ **PÁG. 270**

5.1.2. O *Jornal Novo* e a sua «vocação socialista»

✓ **PÁG. 282**

5.1.3. Um jornal vespertino criado para agitar

✓ **PÁG. 294**

5.1.4. Os editoriais, as fotomontagens e as críticas
a Correia Jesuíno

✓ **PÁG. 313**

5.1.5. Um núcleo variado de colaboradores

✓ **PÁG. 319**

5.1.6. A cacha «Documento dos Nove» e a «confissão»
do «pasquim»

✓ **PÁG. 326**

5.2. *O Jornal*

✓ **PÁG. 326**

5.2.1. «E se fizéssemos um jornal com estes gajos?»

✓ **PÁG. 341**

5.2.2. 2 de maio de 1975: o sonho é concretizado

✓ **PÁG. 353**

5.2.3. O trabalho diário num semanário e os «Nove»
como fonte privilegiada

✓ **PÁG. 361**

5.2.4. Colaboradores de primeira linha:
de Sttau Monteiro a Abel Manta

✓ **PÁG. 375**

5.2.5. Um grafismo inovador, o génio de Beça Múrias para
os títulos e algumas polémicas

✓ **PÁG. 385**

5.2.6. Alguns temas em destaque

✓ **PÁG. 399**

5.3. *Tempo*

✓ **PÁG. 399**

5.3.1. Um projeto em construção e o carimbo de «conservador»

✓ **PÁG. 416**

5.3.2. 29 de maio de 1975: o *Tempo* finalmente nas bancas

✓ **PÁG. 432**

5.3.3. O dia a dia na redação e os conteúdos do jornal

✓ **PÁG. 441**

5.3.4. Dois colunistas em destaque:
Vera Lagoa e Manuel de Portugal

✓ **PÁG. 455**

5.3.5. O *Tempo* entre conflitos e polémicas

✓ **PÁG. 460**

5.3.6. A dificuldade em conseguir entrevistas,
as fontes e os temas em destaque

✓ **PÁG. 473**

5.4. *A Luta*

✓ **PÁG. 473**

5.4.1. Do «caso *República*» à criação de um novo diário

✓ **PÁG. 483**

5.4.2. Nas bancas em pleno «Verão Quente»

✓ **PÁG. 495**

5.4.3. A política no centro do jornal

✓ **PÁG. 504**

5.4.4. As colunas de opinião e o núcleo de colaboradores

✓ **PÁG. 518**

5.4.5. As polémicas e os temas em destaque

✓ **PÁG. 529**

6. Os jornais e o combate político de 1975

✓ **PÁG. 533**

6.1. Do abandono do PS do IV Governo Provisório
à queda do Executivo

✓ **PÁG. 557**

6.2. O Diretório, o «Documento dos Nove»
e o V Governo Provisório

✓ **PÁG. 580**

6.3. O discurso de Vasco Gonçalves em Almada,
a Assembleia de Tancos e o VI Governo Provisório

✓ **PÁG. 609**

6.4. Os jornais e o pós-25 de Novembro: uma história por fazer

✓
PÁG. 621
Conclusão

✓
PÁG. 639
Lista de siglas

✓
PÁG. 643
Agradecimentos

✓
PÁG. 647
Fontes e bibliografia

I.I. A HISTÓRIA, O JORNALISMO E A FIXAÇÃO DA MEMÓRIA

Num volume a que chamou *Sobre a História*, no qual reúne vários ensaios escritos ao longo de 30 anos, o historiador britânico Eric Hobsbawm reflete sobre aquilo que considera ser a matéria-prima da história. Ao afirmar o passado como uma «dimensão permanente da consciência humana», Hobsbawm coloca o historiador perante uma infinidade de matéria a estudar. Não deixa, porém, de especificar esta sua forma de olhar para o ofício de historiador:

Em teoria, o passado — todo o passado, desde o facto mais insignificante até tudo o que aconteceu até agora — constitui matéria-prima da história. Uma grande parte disso não é da competência dos historiadores, mas outra boa parte é. [...] eles são responsáveis por reunir e dar forma à memória coletiva do passado.¹

1 Eric J. Hobsbawm, *Sobre la historia*. Barcelona: Biblioteca de Bolsillo, 2002, p. 39.

Para Hobsbawm, a verificação/confrontação da matéria recolhida é determinante no trabalho do historiador, cujo ofício é o de «lembrar o que os outros esquecem», sublinha o próprio numa outra obra². Sustenta, por isso, que «o ponto desde o qual devem partir os historiadores, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre factos comprovados e ficção», isto é, «entre afirmações históricas baseadas em factos e submetidas a verificação e as que não reúnem estas condições»³. Ou seja, ao historiador cabe uma tarefa de apuramento dos factos, de análise constante e distinção do que é a matéria historiográfica e do que possa fazer parte de outros domínios.

Outra característica da história, o facto de estar permanentemente em atualização e revisão, sujeita a correções e acrescentos, é destacada por Jacques Le Goff. De acordo com o historiador francês, «a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões»⁴. É precisamente a consciência da complexidade do processo historiográfico que leva Pierre Nora a lembrar que «a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais»⁵. Sendo múltiplos os fatores que contribuem para essa noção da história como algo sempre provisório, podemos destacar,

2 Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX (1914-1991)*. Lisboa: Presença, 1996, p. 15.

3 Eric J. Hobsbawm, *Sobre la... op. cit.*, p. 8.

4 Jacques Le Goff, *História e Memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 22.

5 Pierre Nora, «Entre memória e história: a problemática dos lugares», in *Projecto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. Vol. 10. São Paulo: PUC-SP, 1993, p. 9.

por exemplo, o facto de, ao longo do tempo, nova documentação sobre determinados assuntos ser disponibilizada ou ainda, simplesmente, serem reinterpretadas fontes já antes consultadas.

Na medida em que o historiador parte sempre do presente para estudar o passado, a narrativa histórica produzida não será, também ela, neutra, contendo a subjetividade inerente à recolha, análise e interpretação de fontes — ao método historiográfico, se quisermos. «Não afirmemos que o bom historiador é alheio às paixões; tem aquela, pelo menos», diz-nos Marc Bloch⁶. Numa entrevista a Raymond Bellour, o historiador francês Georges Duby defendeu que «a objetividade do conhecimento histórico é um mito», na medida em que «toda a história é escrita por um homem» e «quando esse homem é um bom historiador põe na sua escrita muito de si próprio»⁷. Ou seja, o historiador não vive isolado do mundo em que exerce o seu ofício, escreve e faz escolhas subordinadas ao seu próprio contexto. Ainda assim, como refere François Bédarida, «a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo o historiador digno desse nome». Muito embora tenha consciência da impossibilidade de «dominar essa verdade», deve almejar, pelo menos, uma aproximação⁸.

Cabe, portanto, ao historiador, com o seu método, construir uma narrativa — desenvolvendo interpretações,

6 Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa: Edições Europa-América, 2010, p. 163.

7 Georges Duby, «Historiador, hoje», entrevista a Raymond Bellour, in Georges Duby, Philippe Ariès e Jacques Le Goff, *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

8 François Bédarida, «Tempo presente e presença da história», in Marieta Ferreira e Janaína Amado (org.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 222.

relações, e atribuindo sentido aos acontecimentos — que se pretende verdadeira. Essa «verdade da história» é conseguida estabelecendo uma relação «entre os componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade»⁹. Tendo, é claro, consciência de que será sempre apenas uma parte da história e não a «realidade total», «por mais globalizadora e poliédrica que tente ser a nossa investigação e a nossa interpretação, ou seja, por mais ângulos por que tentemos tratar qualquer objeto da história, para o melhor compreender, no seu texto e no seu contexto»¹⁰.

Na história, a colocação de hipóteses e de questões é, muitas vezes, o ponto de partida para a investigação. Estas podem ser alteradas ao longo do estudo, confirmadas ou rejeitadas. Pretende-se compreender, não julgar, absolver ou punir. Procura-se, como destaca Enzo Traverso, a origem dos eventos:

Resultado de uma operação intelectual, a história é analítica e reflexiva, procurando pôr em evidência as estruturas subjacentes aos acontecimentos, as relações sociais nas quais estão implicados os homens e as motivações dos seus atos. Em suma, é uma outra verdade, indissociável da interpretação.¹¹

9 *Idem, ibidem.*

10 Luís Reis Torgal, *História? Que História?* Lisboa: Temas e Debates, 2014, p. 40.

11 Enzo Traverso, *O Passado, Modos de Usar.* Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 105.

O ofício de historiador é, assim, o de compreender, interpretar, contextualizando e relacionando os acontecimentos através de fontes que se pretendem diversificadas e plurais, tendo sempre a consciência de que se trata de um trabalho provisório e de que a história a que se chega é apenas uma das histórias possíveis.

No jornalismo, a tendência para a objetividade é semelhante à da história. «Inatingível por definição», como escreve Mário Mesquita¹², a «conduta de objetividade» chega a ser vista como «ritual estratégico», no sentido em que deve nortear a ação do jornalista, embora consciente de que não a conseguirá alcançar.

A socióloga americana Gaye Tuchman, ao referir-se ao processo de produção de conteúdos jornalísticos, destaca, desde logo, a inevitabilidade de serem tomadas «decisões» e, na maioria das vezes, «imediatas»:

[O jornalista] tem de tomar decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e «verdade» a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza da sua tarefa — o processamento de informação que dá pelo nome de notícia, um produto de consumo depletivo feito diariamente.¹³

12 Mário Mesquita, *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003, p. 212.

13 Gaye Tuchman, «A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas», in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. Lisboa: Veja, 1999, p. 76.

Ano I - N.º 1
2 de Maio de 1975
Preço 75\$0

Director
Joãozinho Letria

o jornal

O Conselho da Revolução decidiu: A Intersindical já é Confederação

A Intersindical foi ontem legitimada oficialmente pelo Conselho da Revolução, após a abolição da Confederação Geral dos Trabalhadores. Esperava-se já que esta decisão fosse anunciada no início de hoje pelo Presidente do Conselho, em discurso de abertura comemorativa do Dia do Trabalhador, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa.

Não apenas da tal mudança — que faz também obsoletas algumas denominações quanto à forma de dizer os direitos — é o que agora fazem os dirigentes

para obter os mesmos direitos, de cidadãos e para a própria decisão do C.R.V. Este poderá, posteriormente, alterar os estatutos da entidade sindical.

O Conselho da Revolução anunciou também a criação de um novo sistema de representação democrática de trabalhadores de 27 de Abril e ainda a situação em Angola.

Desde que o tema estava relacionado pelo presidente do Tribunal, senhor Costa Martins, não representamos esta organização de

trabalhadores e empregados que se encontram no mesmo país e não de assuntos de representação do 1.º de Maio. Assim, anunciou ao discurso do Conselho de Revolução sobre assuntos — ainda que não aprovados — a Lei dos Assinptóticos, bem como.

Entre os trabalhos para o dia foram apresentados representações da Comissão Revolucionária Provincial do Varamão, do Sul — Lei São Vago e Bui Brez — e do voluntariado em Lisboa a libertação do país.

Luanda: Recolher obrigatório e luta nas ruas

Vinte e oito horas a noite e cinco minutos em silêncio de luto obrigatório, decretada em Luanda nos últimos 48 horas entre outros por E.L.N.A., Unção Armada do P.N.L.A. e administração do M.P.L.A. Reagiram os numerosos estudantes presentes na noite a vigília de Angola, ao que parece, em uma hora aludida de dignidade e coragem portuguesa.

Operários impuseram o saque obrigatório — pela E.L.N.A. e Departamento de Informação e Propaganda do M.P.L.A., D.I.P. e a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (U.N.T.A.) e como modo por obrigação a maioria das comemorações do 1.º de Maio.

Foi-se pouco pelo E.L.N.A. sobre os milhares do M.P.L.A.

que se encontram no D.I.P. Como grande e recente. Assim também, aludida sobre os bases do M.P.L.A. no regime angolano.

Os trabalhos de Luanda foram apelo para a oferta de um apoio ao dia aludido.

Segundo relatado a M.P.L.A. do aparelho do E.L.N.A. anunciou no seu plano maior os trabalhos importantes no contexto angolano.

Desde a privação dos seus membros, o Conselho Nacional de Defesa social, e não apenas, após os métodos obrigatórios em Luanda. Entretanto, o presidente do P.N.L.A., Helder Ribeiro, chegou ao Kwanza, antes dos disparos de uma vigília que é sobre a defesa dos milhares de Góti. Pórtico.

- Neste número
- Rosa Coutinho analisa as eleições
 - Vietnam Finalmente a Paz
 - A crise da indústria automobilística
 - João Abel Manta desenha o 1.º de Maio
 - Colaboração especial José Gomes Ferreira Miller Guerra César Oliveira Maria Mourisca



MAPLES

AV. COLMANSO, 80B, 1100, LISBOA
AV. DA AGUIFARIA, 362 - 1102 - PORTO

Capitães de Abril na festa de Maio

Os mais procurados oficiais do Movimento das Forças Armadas saíram hoje em novo capítulo de história de comemoração do Dia do Trabalhador, que se celebra amanhã, a convite para grande festa de unidade, democracia, solidariedade dos cidadãos de Portugal, que se irá realizar no Estádio da praia de Marfaca.

No original do tema, está prevista a presença do comendador Carlos Paredes e do general Leites Faria.

Como outros locais, a presença do ministro da Defesa, acompanhado de ministros da Agricultura, e do Odebrete Regional, para Braga, seguem o 1.º de Maio, e o capitão Carlos, enquanto para Castelo Branco, o capitão Vasco Lourenço e o tenente Manuel Monteiro Faria, e para o distrito de Lisboa, o capitão João Soares e o ministro da Educação e Cultura, major José Emilio da Silva.

Viver Aires e Pereira Pinto. Por sua vez, os capitães Paulo Soares e Fernando de Sousa assistirão às comemorações em Setúbal.

A NOSSA LUTA

Estamos espostados na caminhada de uma sociedade nova, em que todos se possam participar, com os melhores hábitos e doutrina. No silêncio forçado ou simpático de suas gerações, se exigiram barreiras e esclataram odes, a tensão e o ódio entre os portugueses, e, em lugar de caminhar para o bem-estar e a fraternidade de todos, apenas se empenharam em não fazer regressar à exploração do homem pelo homem, do povo por um povo, de classes por uma só classe, de mais vertidas profundas e insustentáveis de mais séculos de aflição por um período apenas.

(Continuar na última página)

O CHEFE DO ESTADO CALA A 5ª DIVISÃO

* Cada vez mais frágil a situação do V Governo

As eleições da República, de 25 de Abril de 1976, foram marcadas por uma situação de grande tensão política. O Presidente da República, Mário Soares, foi eleito por um mandato de cinco anos, com o compromisso de estabelecer a República Democrática em Portugal, com o objetivo de garantir a liberdade e a justiça social para todos os portugueses.

Esta situação política levou a uma grande parte da população a considerar a situação política do país como frágil. A 5ª Divisão do Exército, liderada pelo General Spínola, foi criada para garantir a estabilidade política e a defesa da República.

A MANOBRADA 5ª DIVISÃO. Entretanto, levou, a cada vez mais, a situação política do país a ser considerada frágil. A 5ª Divisão do Exército, liderada pelo General Spínola, foi criada para garantir a estabilidade política e a defesa da República.

Desanviamento da tensão em Luanda

O desanviamento da tensão em Luanda, capital de Angola, foi marcado por uma situação de grande tensão política. O Presidente da República, Mário Soares, foi eleito por um mandato de cinco anos, com o compromisso de estabelecer a República Democrática em Portugal, com o objetivo de garantir a liberdade e a justiça social para todos os portugueses.



OITO PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES NUMA FRENTE COMUM

Oito partidos e organizações numa frente comum. Esta situação política levou a uma grande parte da população a considerar a situação política do país como frágil. A 5ª Divisão do Exército, liderada pelo General Spínola, foi criada para garantir a estabilidade política e a defesa da República.

Esta situação política levou a uma grande parte da população a considerar a situação política do país como frágil. A 5ª Divisão do Exército, liderada pelo General Spínola, foi criada para garantir a estabilidade política e a defesa da República.

O NOVO ELENCO GOVERNATIVO SERÁ HOJE APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fontes cardeais têm informações asseguradas que o general Carlos Filábio, indicado para primeiro-ministro do V Governo, apresentará hoje ao Presidente da República o novo elenco governativo. Parecem certos, como vice-primeiros ministros, o major Manuel António e o comandante Vítor Crespo.

Ignorância apostadas: como Carlos João Crispino, Jorge da Borges, e major Vítor Alves, Jorge Crispino, Jorge Sampaio e Hermano Lopes, respectivamente para a Indústria, Assuntos Sociais, Comunicação Social, e Transportes.

VAGA DE INCÊNDIOS NO FIM DE SEMANA

O fim de semana foi marcado por uma vaga de incêndios no país. A situação política levou a uma grande parte da população a considerar a situação política do país como frágil. A 5ª Divisão do Exército, liderada pelo General Spínola, foi criada para garantir a estabilidade política e a defesa da República.

Pedro Marques Gomes é doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador integrado do HTC — História, Territórios e Comunidades da NOVA-FCSH/CFE e professor na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

É autor das obras *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975* (Alêtheia, 2014) e *Breve História do Partido Socialista* (Público/100Folhas, 2019) e cocoordenador de *A Revolução nos Media* (Tinta-da-China, 2014), *Polícia(s) e Segurança Pública* (MUP, 2020) e *A Liberdade por Princípio* (Tinta-da-China, 2021).

Tem participado em vários projetos de investigação, publicado estudos em revistas científicas e colaborado em obras coletivas. Investigador e membro da Comissão Editorial do projeto «Obras de Mário Soares», coordena atualmente o projeto de investigação «“À frente da Revolução”: os jornalistas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)». A sua tese de doutoramento, de que resulta este livro, foi distinguida com o Prémio Fundação Mário Soares — Fundação EDP 2019.

Durante a revolução que ocorre nos anos de 1974-1975, o país muda radicalmente e os jornais refletem e participam ativamente nessa transformação. A agitação vivida nas ruas é também vivida nas redações, em permanente ebulição, num tempo em que ficam célebres episódios envolvendo jornais e jornalistas, nos quais dificilmente se distinguem as fronteiras entre a política e o jornalismo.

Este livro trata dessa história, mas, sobretudo, pretende compreender as circunstâncias em que vão ser criados novos jornais privados, com as suas motivações e objetivos.

Com a criação, em 1975, do *Jornal Novo*, *O Jornal*, *Tempo* e *A Luta*, surgem projetos jornalísticos distintos, que, pretendendo ser uma alternativa à imprensa então estatizada, são, sob vários aspetos, inovadores e ousados. São também polémicos e participam ativamente no curso dos acontecimentos, assumindo-se como defensores da legitimidade democrática.

